

Venho hoje junto de vós, na minha qualidade de Ministro das Finanças, para vos anunciar, com verdade, clareza e rigor — como sempre entendo que se deve falar aos Portugueses —, a reforma fiscal destinada a preparar o nosso País para o Euro e para o século XXI, também hoje aprovada pelo Conselho de Ministros. Este era, desde o princípio, um objectivo muito importante do XIII Governo Constitucional. Antes de o projectarmos agora, globalmente e com segurança, até ao final do século, procurámos criar condições para que o sistema dos impostos se tornasse mais justo, eficiente e cómodo para os cidadãos, começando a corrigir muitas deficiências existentes, reduzindo alguns sacrifícios fiscais excessivos — como vem acontecendo, do Imposto de Selo ao IVA, ao IA, ao IRC e às deduções do IRS — estimulando a discussão alargada do Relatório Silva Lopes sobre a Reforma Fiscal, publicado em 1996. Sabemos o que queremos e, mais, confrontámos o Programa de Governo com a opinião pública e as dos agentes económicos, sociais e políticos, num amplo processo de concertação e participação democrática.

Só assim tem sentido e legitimidade a reforma global hoje decidida e que se executará com determinação e eficácia — a mesma que pusemos na execução com êxito da política macroeconómica que nos levará ao Euro: mais crescimento e contenção do desemprego, menos inflação, maiores salários reais, mais consumo e mais investimento, menos défice orçamental e menos dívida pública.

Tudo isto está feito. E ao que já existe, podemos hoje dizer, vai acrescentar-se outra reforma decisiva: mais justiça fiscal. Basta que quem pode pague o que deve e, depois, quem não pode passará a pagar menos impostos.

Todos o sabemos. Pagar impostos é sempre um sacrifício. Mas um sacrifício necessário para o bem comum. Por um lado, para cada um de nós, o imposto é o preço dos serviços públicos de que beneficiamos: as estradas em que circulamos, a educação, a saúde, a segurança pública e a justiça, a segurança social e as reformas. Quanto maior for a qualidade desses serviços, menos se protestará contra os impostos.

E é porque pagamos impostos conforme os nossos rendimentos reais — só por isso — que temos o direito de exigir que o Estado nos sirva cada vez melhor, de acordo com o que lhe entregamos. Mas os impostos são, também, um instrumento de solidariedade e partilha: eles reduzem as desigualdades e permitem satisfazer as necessidades sociais, em particular as dos pobres e das classes médias com menores bens.

Eles realizam a cidadania dos menos abastados. É uma vergonha que Portugal seja o País que na União Europeia tem mais pobres. É uma vergonha que em Portugal, desde 1980, as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres tenham aumentado mais do que no resto da mesma União.

Ora, todos o sabemos, essa situação é a principal forma de injustiça social que existe entre nós, e as suas causas são conhecidas: fraude e evasão fiscais.

Será uma luta dura, em que não desfaleceremos, pois estamos a combater por um ponto essencial do nosso Programa: a justiça fiscal, base da justiça social e, afinal, da justiça, sem mais.

Que é, então, o que o Governo se propõe fazer?

Três coisas, simples de resumir:

- a)** Mais justiça, através do cumprimento dos deveres fiscais por todos os cidadãos;
- b)** Colocar a Administração Fiscal ao serviço dos cidadãos, efectivando os seus direitos e a sua comodidade;
- c)** Promover o desenvolvimento económico, preparando Portugal para o século XXI, no crescimento, no emprego e na competitividade da empresas.

Vejam os.

Antes do mais, tenho de vos garantir, sem margem para dúvidas, um princípio básico e essencial: com esta reforma fiscal não vai haver aumento de impostos! Quem se esforce por vos transmitir o contrário, estar-vos-á a mentir — e isso é coisa que, como creio que sabem, não costumo fazer. As tais forças interessadas em confundir, dirão o contrário: que lutar contra a fraude e a evasão fiscais é aumentar impostos... Cada um de nós, que paga o que deve, sabe que não é assim.

Por isso vos peço, caros concidadãos que me ouvis e escutais, que experimenteis por vós próprios: fazei as vossas contas, analisai os vossos bolsos — e vereis que, repito-o, não haverá, como não tem havido, aumento de impostos! Bem pelo contrário, tudo estamos a fazer para que seja possível, já em 1999, que haja uma redução da carga fiscal sobre os contribuintes, ainda que ligeira. Mas, como diz o Povo: Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Por outro lado, como já disse, queremos uma cada vez maior justiça fiscal, o que quer dizer uma consequente maior justiça social! A fim de a alcançarmos, teremos de melhorar cada vez mais a Administração Fiscal.

Daí que tenhamos introduzido novos métodos mais eficazes e mais sofisticados para lutar contra este atentado que afecta os direitos de cidadania de todos nós. Em primeiro lugar, a fiscalização já dispõe — e irá dispor cada vez mais — de instrumentos informáticos que lhe permitem cruzar informação fiscal e, assim, com maior rapidez e facilidade, descobrir os prevaricadores.

Todos conhecemos as deficiências da Administração Fiscal, como de toda a Administração do Estado. Esforçamo-nos, todavia, com o apoio dos trabalhadores da própria Administração Fiscal, por colocá-la cada vez mais ao serviço personalizado dos cidadãos, nomeadamente no atendimento aos contribuintes/clientes. Os contribuintes não são súbditos, o Estado é que está ao seu serviço.

Para tal há que vos proporcionar, caros contribuintes/clientes, as melhores condições de atendimento, há que vos facilitar a vida no cumprimento atempado e exacto dos vossos deveres fiscais. Daí as repartições virtuais de finanças, daí os novos cartões informáticos dos contribuintes/clientes, daí a melhoria e a simplificação das declarações e dos procedimentos, daí a utilização do multibanco para pagamentos ao Estado, daí o uso da Internet para declarações e outros relacionamentos com a Administração, daí as restituições mais rápidas de retenções indevidas. O Estado quer receber o que lhe é devido, mas quer igualmente cumprir melhor. E os seus agentes, que estão em contacto mais directo com o público, terão de ser gerentes das contas fiscais uniformizadas dos contribuintes/clientes. Já começou a acontecer isto, e mais e melhor sucederá no futuro próximo.

Por último, gostaria de deixar-vos aqui uma mensagem de esperança e simultaneamente de confiança. Queremos, também, tornar mais simples os impostos existentes. Alguns exemplos. Vamos acabar com a sisa, um imposto obsoleto e incongruente, já no ano de 1999, tal como consta do Programa do XIII Governo Constitucional, tomando, naturalmente, as medidas adequadas para que o Poder autárquico não fique privado de tão importante receita.

Vamos rever a contribuição autárquica em 1999, mas os estudos estão a decorrer e não acreditem nas mentiras que todos os dias são propaladas a esse respeito: tudo se dirá a seu tempo e de forma transparente na Assembleia da República.

Vamos acabar com o imposto do selo, já em 1998, no que diz respeito às obsoletas estampilhas fiscais e continuaremos a reduzi-lo e simplificá-lo com vigor. Mas também aqui há que agir com a maior prudência no que respeita a outras situações de que o Estado não pode prescindir, sob o risco de lhe acontecer ficar nu, como o rei da fábula.

Não vos estou a anunciar, caros Amigos e concidadãos — quer em nome individual, quer como suportes das empresas do nosso Portugal, empresários ou trabalhadores — um Paraíso. Na terra não os há, só no Céu.

Estou, sim, e somente, a prometer-vos um esforço tenaz e coerente do Governo e da própria Administração, que espero seja decisivo, para que haja mais justiça fiscal e, depois, menos impostos. E venho pedir-vos, como contribuintes, que não esqueçais o dever de cidadania de cumprir as obrigações fiscais perante o Estado — melhor, perante toda a Comunidade. Só assim, podereis pedir-lhe contas dos dinheiros que lhe entregastes — para que cada um de nós e todos nós obtenhamos do Estado melhor serviço público num Portugal mais justo.

O Governo já pôs, claramente, a avançar a economia, assegurando mais crescimento, menos desemprego e o acesso ao Euro. Com isso se criaram já alguns meios para melhor satisfazer as necessidades sociais do nosso Povo, onde há demasiada pobreza, como já disse.

Mas é necessário mais: uma reforma fiscal que reponha um mínimo de responsabilidade e de justiça e solidariedade na nossa sociedade e traga mais felicidade para todos os Portugueses. É isso que queremos, mas, sem a vossa ajuda e compreensão, tudo continuaria como tem estado. Tenho fé que, todos juntos, conseguiremos mudar